

CETICISMO E INDUÇÃO

LUIZ HENRIQUE DE A. DUTRA

Universidade Federal de Sta. Catarina

ABSTRACT

Since Hume, the problem of induction is viewed as the problem of skeptical doubts concerning our empirical generalizations. In this paper, I argue that this problem is neither a question for epistemology nor a consequence of a skeptical (pyrrhonian) view on the matter. Rather I argue that from the point of view of alethic skepticism, Hume's problem appears to be an issue concerning the pragmatics of investigation, and I try to report some of its most basic aspects. The result is a new image of induction that resembles with Nelson Goodman's solution, but I avoid any dogmatic commitment to his ideas.

Devemos justificar nossas generalizações empíricas? Tendo respondido afirmativamente a esta questão, boa parte da epistemologia desde os modernos tem se debatido para lhe oferecer, então, uma solução apropriada. Soluções positivas e negativas têm sido apresentadas desde Hume, em sucessivas reelaborações do tema. Procuraremos também recolocar a questão das hipóteses que fazemos sobre o comportamento da natureza, tentando vê-la com olhos céticos. Contudo, não temos a intenção de lhe oferecer qualquer solução epistemológica.

Nossa visão do assunto resulta, antes, na aparência — inquietante para o epistemólogo — de que talvez o problema da indução não deva ser resolvido pela epistemolo-

gia, e que ele e, ao contrario, uma questão de pragmatica da investigação, situando-se, assim, em um nivel pre-teorico. Do ponto de vista do ceticismo aletico, procuraremos relatar os aspectos que nos aparecem como mais elementares sobre o problema de Hume — o que resulta, em parte, semelhante a solução proposta por Nelson Goodman —, mas pretendemos evitar o compromisso dogmatico com sua epistemologia.

Procuraremos discutir tambem como as teorias epistemologicas, via de regra, se constroem ao privilegiar algum aspecto da pragmatica da investigação, em detrimento de outros. Assim sendo, o cético so pode ir ate o ponto de fazer um relato dessa pragmatica, abstendo-se de aderir a teses epistemologicas. E sob essa luz que desejamos colocar o problema da indução.

Ao contrario da concepção do próprio Hume sobre o assunto, não nos aparece que esse seja um problema colocado pelo cético. Assim sendo, o ceticismo não seria uma interdição a nossas hipoteses. Do ponto de vista da pragmatica da investigação, podemos dizer mesmo que o ceticismo e, ao contrario, uma forma de salva-las. Em que sentido razoavel pode, enfim, o ceticismo ser encarado como um modo de salvar nossas hipoteses, e isso o que vamos procurar tornar aparente.

Na ciência e na filosofia, assim como na vida comum, nossas investigações consistem sempre em tomar determinadas hipoteses em consideração. Procuramos julgar sua plausibilidade e sua coerência com o restante de nosso conhecimento. Tentamos tambem testa-las, quando e o caso, isto e, quando se trata de uma hipotese que permita inferir consequencias empiricas sobre o comportamento da natureza ou das pessoas envolvidas em algum acontecimento que seja nosso topico de investigação. E assim que fazem os cientistas com as teorias scientificas e os detetives nos

romances policiais e na vida real. É o que fazemos, todos os dias, para entender o mundo em que vivemos e redirecionar nossa ação dentro dele. É não e de outra forma que age o filósofo, por mais distante que seu tópico possa estar do dia a dia das pessoas, e por mais que lhe pareça difícil tirar consequências empíricas das teorias que elabora. Talvez por isso mesmo ele se veja no dever de propor critérios de demarcação que lhe permitam diferenciar o trabalho que faz daquele que é feito pelos cientistas da natureza ou mesmo por aqueles que estão dedicados aos estudos empíricos sobre o homem.

Do ponto de vista da análise da pragmática da investigação, uma tal demarcação é completamente desnecessária. Podemos acrescentar que ela é mesmo epistemologicamente inflacionária. Ainda que o tópico de uma investigação nos imponha muitas vezes o uso de determinados procedimentos que seriam dispensáveis na investigação de um outro tópico, antes de mais nada, uma investigação consiste em pôr uma hipótese a prova ou sob exame crítico, de todas as formas possíveis ou a nosso alcance. Entretanto, seria também o caso de perguntar não apenas o que é a investigação em seus aspectos mais rudimentares, revelados unicamente por uma análise de sua pragmática, sem a pretensão de chegar a uma teoria da investigação, mas também devemos procurar saber o que seria uma hipótese, já que nos aparece que investigar é por uma hipótese em questão. A análise da pragmática da investigação nos mostra também aqui as coisas mais simples a este respeito, fazendo uma hipótese aparecer como a antecipação de aparências ou um guia para a busca de aparências. Assim, de sua parte, a própria investigação é não mais que a procura de novas aparências, que nos permitam decidir um conflito de aparências, o problema do qual nossa investigação decorreu. O desenrolar de tal investigação depende de nossa habilidade

para lidar com hipóteses, e isso, por sua vez, depende muitas vezes da compreensão que temos sobre as hipóteses que elaboramos. Assim sendo, devemos inevitavelmente dirigir nossa atenção para o tema das hipóteses.¹

Encontramos aqui um dos grandes temas de todas as discussões sobre o ceticismo. Quando dogmáticos diferentes enunciam suas doutrinas, que são, para eles, teses — uma vez que elas foram assumidas sob o juízo de ter encontrado a verdade — e, assim, produzem diafonia, o cético só pode aceitar suas posições como hipóteses. Ora, seria necessário que um dos dogmáticos convencesse a todos os demais (inclusive o cético) que aquilo que lhe aparece (sua hipótese) é o caso. Assim, ele teria provado seu ponto quando ela não fosse mais apenas a *sua* hipótese, aquilo que é, só para ele, aparência, mas algo que a todos aparece igualmente, até onde eles possam se comunicar e concordar que o que lhes aparece a cada um é o mesmo. Em uma tal circunstância, aquilo que fora proposto como tese se torna estritamente uma aparência não-conflitante, ou seja, uma aparência que não conflita com nenhuma outra. Contudo, o resultado pragmático de tal situação é não apenas o fim de toda disputa dogmática, mas também o fim da própria investigação, pois o conflito de aparências que a gerou deixou de existir.

Talvez uma pequena ficção metafísica nos ajudasse a ter mais clareza sobre esse ponto. Suponhamos dois metafísicos, um realista, que sustenta a tese de que existe um mundo real, distinto de sua mente, e um outro, idealista, que sustenta a tese segundo a qual, além dele mesmo (sua mente, digamos, ou consciência, ou talvez *res cogitans*), nada existe, e que o mundo supostamente real é apenas o conjunto de suas ideias. Suponhamos, então, que nossos dois filósofos discutem entre si, produzindo diafonia, e fazendo um cético que os observa suspender o juízo, pois lhe

aparece que ambos têm bons argumentos a favor das teses que sustentam, e que também contra cada uma delas há igualmente bons contra-argumentos. Suponhamos, contudo, finalmente, que Deus, em sua infinita misericórdia, teve pena desses pobres homens, e resolveu poupá-los da mais ardua de suas tarefas sobre a terra: investigar, conhecer, procurar a verdade. E o milagre operado e nada mais, nada menos, que conceder aos três, o realista, o idealista e o cético, a clarividência divina, ou a capacidade de ter acesso ao ponto de vista de Deus. Que maravilhoso universo de aparências não-contraditórias se descortina diante deles, possibilitando-lhes saber se há ou não um mundo real, para além de suas mentes. Deixemos o restante desse conto de fadas metafísico para cada um, pois o milagre não aconteceu conosco (pelo menos, ainda não), e o realista terá a tentação de terminar a fábula dizendo que todo mundo viu, finalmente, que existia mesmo um mundo real. Entretanto, o idealista terá a tentação de terminar a ficção de outro modo, e o cético, bem, esse vai simplesmente passar a outras peças de ficção.

Nosso conto filosófico nos mostra uma situação em que a diafonia estaria dissolvida, em que estaria dissolvida qualquer disputa, toda necessidade de sustentar teses, de formular hipóteses, pois tudo seria plena aparência não-contraditória. O problema é que o mundo real, fora da ficção metafísica (ou epistemológica) de alguns autores, e um mundo de aparências conflitantes. E é isso que nos leva a investigar e a propor hipóteses. Como desejamos a verdade, como desejamos nos aproximar dela com nossas hipóteses (seja lá em que sentido razoável isso possa ser compreendido), colocamos nossas hipóteses sob exame, e fazemos com que elas passem pelas provas mais duras e por todas aquelas que seu caráter possa permitir. Por exemplo, se se trata de uma hipótese sobre o comportamento da natureza, ela de-

vera ter consequências empíricas que a experiência nos mostrara, em princípio, como verdadeiras ou falsas, deixando de lado aqui toda a complexidade que o teste de uma hipótese desse tipo envolve, algo já bastante debatido pelos epistemólogos

Vale também destacar, contudo, que não estamos falando apenas de hipóteses de caráter metafísico ou científico, que se dirijam a aspectos inobserváveis do mundo. Estamos falando também de investigações ordinárias sobre aspectos observáveis, embora ainda não observados, do mundo que nos rodeia. Há situações de nosso dia a dia nas quais nos defrontamos com investigações que se assemelham bastante aquela de nosso conto de fadas metafísico. Suponhamos que algumas pessoas estejam temporariamente perdidas em uma ilha deserta, de onde podem ver outra ilha, a qual não podem chegar, por não terem nenhum tipo de embarcação. Se eles podem observar determinados movimentos ou modificações na aparência de tal outra ilha, como, por exemplo, sinais de fumaça, farão hipóteses sobre a presença de outras pessoas por lá, e de como são elas, etc. E discutem isso enquanto constroem uma jangada que os levará a outra ilha. Se a disputa for, por exemplo, entre os que sustentam que há pessoas de sua própria língua e cultura na outra ilha e outros que sustentam que são pessoas nativas, de língua e cultura diferentes, então, ao chegarem a ilha, a disputa estará terminada. Ir até lá não é para eles apenas a busca de meios de sobrevivência, mas também uma busca por conhecimento, por aparências que permitam resolver suas disputas, um modo de alargar as fronteiras do mundo da aparência.

Exemplos como este podem ser multiplicados se necessário, o que nos mostra que, normalmente, investigamos sobre múltiplos e variados assuntos. Por outro lado, contudo, no curso normal de nossas vidas, sem aventuras em il-

has desertas ou milagres divinos, como em nossas pequenas ficções acima, e verdade também que boa parte de nossas investigações recai em tópicos concernentes ao comportamento da natureza ou das pessoas que nos rodeiam, levando-nos mesmo, muitas vezes, a formas profissionalizadas de investigação, como aquelas que encontramos nas comunidades científicas, nas disciplinas, nos laboratórios e gabinetes das universidades. Assim, tomemos esse ponto em consideração.

Um dos problemas mais importantes que as longas e controvertidas disputas a respeito do teste empírico de teorias científicas levantou foi o da impossibilidade de verificar, ou mesmo de confirmar em algum grau, uma hipótese sobre o comportamento da natureza, uma hipótese universal, obviamente, ou aquela hipótese que é expressa por um enunciado universal. Esta voltada para esse ponto, por exemplo, toda a crítica que Popper dirige ao verificacionismo e ao posterior confirmacionismo de positivistas lógicos como Carnap. E, no fundo, trata-se do mesmo problema que o próprio Popper enfrentou ao propor seu conceito — não menos controvertido — de corroboração.² A discussão desta problemática, obrigando mesmo os entusiasmados positivistas lógicos a se curvarem a evidência de que as inferências indutivas são logicamente precárias, não nos permitindo verificar uma hipótese universal, e nem mesmo obter para ela um grau de confirmação acima de zero, numa lógica indutiva como a de Carnap,³ retoma a discussão iniciada por Hume na época moderna. Como sabemos, embora a discussão de Hume seja feita em outros termos, a respeito propriamente da relação causal, o problema da indução passou para a história da filosofia como o problema de Hume. E, a nosso ver, não se trata de contestar tal paternidade, mas antes de talvez culpar o pai pelas desventuras do filho. Ou seja, devemos conferir a Hume o que e seu, e

atribuir-lhe a culpa de ter trazido para a epistemologia um problema aparentemente insolúvel, que fez essa pobre disciplina padecer até hoje, em trágico destino, que só poderia ser mudado por um milagre do tipo daquele que imaginamos em nossa ficção metafísica acima

A discussão deste tópico não aparece pela primeira vez em Hume,⁴ mas quando os epistemólogos querem introduzir seus discípulos nessa problemática, e a ele que retornam, dizendo que foi Hume que nos ensinou que nossas hipóteses sobre o comportamento da natureza são sempre precárias, que nunca podemos ter certeza do que afirmamos, por exemplo, como uma suposta lei da natureza, pois, em questões de fato como aquelas de que tratam tais leis, sempre podemos estar enganados. E por que? Porque o que fazemos e sempre elaboramos hipóteses universais com base em algumas observações do comportamento da natureza, e nunca temos todas as observações necessárias para sustentar nossas hipóteses universais. Hume teve a boa vontade de nos oferecer uma hipótese sobre a causa desse nosso comportamento cognitivo, o que ele denominou Hábito, que ele discute na seção V de sua *Investigação*,⁵ como uma solução cética para o problema, também cético, que ele tinha levantado na seção precedente da mesma obra. Ora, as dúvidas que possamos ter sobre nossas hipóteses a respeito do comportamento da natureza nos são apresentadas por ele como dúvidas céticas.⁶

O que Hume faz é similar ao que Descartes já tinha feito nas *Meditações*, isto é, vincular ao ceticismo um tipo de dúvida que não é de caráter cético, uma dúvida generalizante. Uma das consequências da abordagem cartesiana foi a de trazer para o campo da epistemologia um problema metafísico aparentemente insolúvel, exatamente o problema da existência do mundo exterior, aquele mesmo de nossa pequena ficção metafísica de antes.⁷ Também nisso Hume

faz um trabalho semelhante ao de Descartes. Ele traz para a epistemologia uma tarefa aparentemente impossível, isto é, justificar as inferências indutivas ou, de um modo mais taxativo, resolver o problema da indução. Depois de levantar o problema, ele mesmo se apressa em lhe dar uma primeira solução, que denomina cética, mas que, de fato, é naturalista e, enquanto tal, não pode ser cética, uma vez que abraça um certo dogmatismo em epistemologia e meta-epistemologia.⁸ Vejamos, contudo, como Hume nos faz acreditar que é o ceticismo que nos leva a colocar o problema da indução, ou o problema da precariedade de nossas inferências em questões de fato, ou de nossas hipóteses sobre o comportamento da natureza. O artifício filosófico é simples, e talvez por ser simples demais ele nos pegue. Resumidamente, temos: duvidar de algo é próprio do cético. Se duvidamos de uma hipótese sobre o comportamento da natureza, então temos um comportamento cético.

E verdade que a posição cética é descrita por Sexto Empírico como uma atitude dubitativa, aporetica (HP I 7). Entretanto, quando é que o cético duvida? Será que ele duvidaria naquela circunstância de nosso conto de fadas filosófico, em que Deus emprestou ao realista, ao idealista e ao cético seu ponto de vista? Não! Claro que, neste caso, ele não duvidaria. E por que não? Porque não há nenhum conflito de aparências. Hume nos sugere, ao contrário, que é preciso duvidar mesmo das regularidades observadas sem exceções.⁹ Ora, ele quer que duvidemos mesmo fora de um contexto em que não há um conflito de aparências. Para o cético — ou pirrônico, ou aletico —, isso soa muito estranho.

E verdade que, se há certas regularidades que, às vezes, apresentam exceções, contrasta-las com as regularidades sem exceções produziria para nós aquele contexto em que haveria um conflito de aparências e, logo, nos permiti-

ria duvidar Assim, Hume estaria desculpado Contudo, devemos ainda nos perguntar por que as exceções em algumas regularidades deveriam nos levar a colocar o problema das exceções naquelas regularidades sem exceção Bem, a resposta parece bastante fácil porque se se trata da mesma natureza, seria estranho ela apresentar regularidades com e sem exceções, porque talvez seja apenas nossa falta de informações que nos leve a crer que há regularidades sem exceções Entretanto, esta não é exatamente uma resposta humeana Ela se parece mais com uma resposta dada do ponto de vista da dúvida metódica generalizante de Descartes Ora, na seção IV da *Investigação*, ao colocar o problema, Hume argumenta de outro modo, dizendo, por exemplo, que não podemos inferir os poderes secretos da natureza das aparências dos objetos Adão não poderia inferir que a mesma água que lhe mata a sede, e, assim, lhe conserva a vida, poderia sufocá-lo e levá-lo a morte Hume insiste, portanto, que aprendemos pela experiência tudo o que sabemos da natureza O que ele detecta de ilícito nesse procedimento de aprendizado é exatamente o fato de levantarmos hipóteses que vão além do que observamos, inferindo ligações causais entre objetos observados em conjunção constante Tais ligações entre os objetos não nos são dadas, e é por isso que nossas hipóteses sobre elas são precárias

Tomemos ainda um instante o tema das regularidades com e sem exceções Se a experiência nos dá os dois tipos, por que, segundo Hume, deveríamos duvidar disso que a experiência nos dá? Não parece haver uma boa razão para tal dúvida Entretanto, a resposta de Hume aqui seria procuramos uma relação necessária entre os dois tipos de regularidade pela mesma razão que nos leva a procurar uma relação necessária entre dois fatos quaisquer que observamos em conjunção E o Hábito que nos leva a isso Contudo, seria um pouco forçado dizer que as regularidades com e

sem exceções nos são dadas na experiência em conjunção constante Logo, uma resposta do ponto de vista do próprio Hume, ainda que ela derive de sua teoria sobre o comportamento cognitivo dos homens, não parece aqui aceitável

Deveríamos apenas aceitar, como uma aparência, que ha regularidades com e regularidades sem exceções A questão e que Hume cria um contexto epistemologico que permite exportar as duvidas sobre as regularidades com exceções tambem para as regularidades sem exceções, levando-nos a uma duvida generalizada sobre toda regularidade natural Não parece nem um pouco razoavel que alguém duvide que o proximo pedaço de pão que comer va envenena-lo, se nenhum dos outros tantos que comeu antes o envenenou, ainda que saiba, por exemplo, em contrapartida, que algumas vezes bebeu agua de boa aparência, que parecia limpa, e não contraiu nenhuma infecção, e outras, sim Ora, por que nossas duvidas sobre a agua deveriam ser exportadas e abalar nossa confiança no pão? Isso e algo que a analise da pragmatica da investigação revela como contraintuitivo e irrazoavel mesmo Não ha por que duvidar fora de um contexto que traga um conflito de aparências Essa exportação que Hume promove, de uma duvida por ele denominada cetica, so e possivel no contexto epistemologico criado por ele mesmo, informado por um principio oculto de unidade da natureza A este respeito, vemos que Hume se mostra muito mais proximo de Descartes do que possa parecer a primeira vista O que ele faz, enfim, e não apenas vincular o cetico a um tipo de procedimento que não lhe e proprio, mas tambem colocar sobre os ombros do epistemologo um fardo pesado demais, ou seja, dar conta da indução

A exportação da duvida, de algumas questões para outras, como fazem Descartes e Hume, a primeira vista, pa-

rece um procedimento metodológico bastante razoável, que possui a virtude de nos livrar de erros. Se nos enganamos em uma determinada matéria, em matérias similares, podemos também nos enganar e, logo, a generalização da dúvida surge como uma espécie de vacina epistemológica contra o erro. Para ecoar Descartes, devemos reconhecer que não é mesmo prudente confiar em quem alguma vez nos enganou.¹⁰ Nisso Hume está de acordo com ele. Se a experiência nos leva a acreditar em determinadas regularidades da natureza, e vemos posteriormente que nos enganamos, então não podemos confiar no que aprendemos da experiência. E se essa é a única fonte de conhecimento para nós, então não podemos mesmo justificar nossas crenças sobre as regularidades naturais. O que Hume deseja, assim como Descartes, é que nossas hipóteses sobre o comportamento da natureza estejam fundamentadas em algo firme. O problema epistemológico que eles se colocam e, portanto, o mesmo. Claro que não podemos dizer que Hume compartilhe do fundacionalismo cartesiano, mas devemos reconhecer, assim mesmo, que ele representa apenas uma posição heterodoxa em um ambiente epistemológico fundacionalista. O que ele nos oferece é uma primeira reação naturalista ao fundacionalismo. Outras estariam por vir, como a de Quine contra Carnap. Assim, a diferença entre Hume e Descartes não está propriamente no problema, mas apenas na solução, que dirige o olhar de Descartes para a metafísica (a teologia racional) e o de Hume para uma ciência natural do comportamento cognitivo humano. Importa, contudo, antes de mais nada, analisar a própria colocação do problema epistemológico que eles tomam a sério, isto é, a precariedade de nosso conhecimento. Na versão de Hume, é aquilo que hoje denominamos problema da indução.

A demanda de justificação para nossas crenças ou hipóteses sobre a natureza e que leva a epistemologia moderna — seja cartesiana, seja humeana — a se colocar barreiras intransponíveis, como, no caso da segunda, o problema da indução. Para Hume, chegamos a um impasse quando, partindo das ideias de que todo conhecimento e de origem empírica, e de que, assim, toda justificação para ele deve também vir dessa fonte, nos vemos sem poder evitar a conclusão de que não há como justificar nossas hipóteses sobre o comportamento da natureza. Ora, em nada disso o pirronismo está envolvido. Em primeiro lugar, o cético não assumiria as duas ideias das quais Hume parte, pois também são questões não-arentes. Mais importante que isso, contudo, o cético também não compartilha com Hume essa noção de que nossas hipóteses devem ser justificadas, pois isso decorre também de uma determinada concepção de conhecimento, sendo também matéria controvertida e não-arente.

Se aquilo que denominamos, neste caso, hipótese e apenas a generalização de muitas aparências e, portanto, também uma aparência (por exemplo, aquilo que denominamos acima regularidades sem exceção), então não cabe nenhuma dúvida sobre isso, já que não há um conflito de aparências. O cético não pode entender bem por que alguém duvidaria nestes casos de modo ordinário ou natural, isto é, sem assumir outros pressupostos — metodológicos ou epistemológicos, por exemplo. Se não seria de bom senso ou razoável confiar cegamente nas regularidades naturais (que seria a interpretação caridosa da posição de Hume), por outro lado, também não é razoável desconfiar delas.¹¹ Se a exigência de justificação para nossas hipóteses for deixada de lado, veremos como disso resulta uma visão cética do problema da indução que é bastante diferente daquela que Hume apresenta. Isso nos levará, como veremos

abaixo, a curiosa conclusão de que, embora devamos pôr sempre nossas hipóteses a prova (para cuja finalidade o ceticismo aletico e uma habilidade), o ceticismo não só e uma forma de viabilizar o conhecimento e salvar a investigação (Dutra 1996c), mas também uma forma de salvar as hipóteses. Essas são ideias que parecem contraditórias pôr as hipóteses a prova e salva-las. Contudo, vamos ver que, de fato, não são, ou assim não nos aparece.

Em primeiro lugar, devemos esclarecer que, do ponto de vista do ceticismo aletico, em um certo sentido, não deveríamos falar em salvar as hipóteses, se isso for entendido como aquilo que fazem os dogmáticos, quando defendem suas doutrinas e, neste caso, procuram salvar suas hipóteses. A este respeito, e preciso continuar a dizer que, de fato, o objetivo do ceticismo aletico não poderia ser o de salvar hipótese alguma, mas, ao contrario, de colocar todas a prova indistintamente.

Entretanto, ha ainda um outro sentido segundo o qual isso pode ser compreendido e, neste caso, sim, podemos dizer que o ceticismo permite salvar as hipóteses. Devemos considerar, primeiro, a possibilidade de entender que 'hipótese' se refere a, por exemplo, determinadas regularidades sem exceção, isto e, generalizações de aparências.¹² Ora, enquanto resumos de aparências, tais regularidades são também aparências, e elas, na verdade, não representam qualquer problema de investigação. O que ha de errado em entender o problema de Hume como um problema cético esta exatamente aqui, isto e, não se coloca sob investigação uma regularidade sem exceção — a não ser em circunstancias especiais, que consideraremos abaixo —, pois uma investigação sempre se inicia a partir de um conflito de aparências, e não ha conflito de aparências em uma regularidade sem exceção. Assim, se e isso o que entendemos por hipótese, então, em um primeiro sentido, podemos dizer

que o ceticismo aletico salva a hipótese, pois nunca se trata de por em duvida uma hipótese que é mero resumo de aparências. Tais hipóteses são constituintes essenciais do pano de fundo conceitual mediante o qual qualquer investigação pode ser feita, elas fazem parte de tudo aquilo que nos aparece e que nos permite mesmo identificar conflitos de aparências e iniciar investigações, isto é, o mundo da aparência.

Em que circunstancia, então, seria razoavel pôr em questão uma regularidade sem exceção? Se isso não cabe em investigações comuns, produtoras de conhecimento, poderia ter lugar, contudo, em determinados contextos epistémica e metodologicamente particulares, tais como as pesquisas de fundamentos em disciplinas especializadas, para resolver um problema de consistência de um sistema teórico, promovendo o acordo entre diferentes hipóteses — por exemplo, entre leis discrepantes a respeito de um mesmo dominio de fenômenos da natureza. Um outro contexto seria, certamente, aquele criado por investigações epistemológicas como a de Hume, em que contrastamos as regularidades sem exceções com as regularidades com exceções, e nos perguntamos mesmo por aquilo que as tornaria diferentes. Neste caso, podemos dizer que temos um conflito de aparências que desencadeia uma investigação epistemológica. Entretanto, devemos concordar que se trata de um problema especializado, que necessariamente não implicaria em pôr em duvida qualquer regularidade. E este é o ponto: um conflito de aparências entre tipos de regularidades é suficiente para termos duvidas a respeito da natureza das regularidades em geral e nossa capacidade de apreendê-las, etc., mas não é suficiente para nos fazer pôr em duvida em particular o conteúdo de uma determinada regularidade sem exceção. So seríamos a isso levados por seguir um preceito normativista da epistemologia e, em virtude de re-

flexões epistemológicas, mudar o rumo de nossas investigações em geral. Se devemos ou não fazer isso, contudo, trata-se também de matéria controvertida dos epistemólogos, e a este respeito o cético também suspenderia seu juízo.

O tópico da investigação e da dúvida sobre uma regularidade em particular e diferente do tópico da investigação epistemológica sobre a natureza das regularidades. Voltando aos termos de Hume, o fato é que continuamos a acreditar que o pão nos alimenta, mesmo que duvidemos das regularidades da natureza em geral. Se nossa experiência passada com o pão nos dá uma regularidade sem exceção, não pode haver dúvida a este respeito, porque, não havendo um conflito de aparências, nenhuma investigação se inicia, a não ser que sigamos Hume, e queiramos exportar a dúvida sobre algumas regularidades para outras, ou seja, transportar, em um passe de mágica epistemológico, a dúvida de um contexto para outro, no qual ela não cabe. Deste modo, parte do problema de Hume é tão artificial — epistemologicamente construída — que não faz o menor sentido se levarmos em consideração unicamente a pragmática da investigação.

Ha, contudo, uma outra parte dessa problemática que é relevante, sem dúvida, e que diz respeito às regularidades com exceção, e a esta também temos de dar atenção. Em primeiro lugar, devemos constatar que, a rigor, uma regularidade com exceção não é propriamente uma regularidade. A rigor, uma lei que admite exceções não é uma lei. Assim, e um abuso de linguagem dizer que ha regularidades com exceção, pois, propriamente falando, deveríamos dizer que ha um conflito entre possíveis regularidades. Os casos que constituem exceção de uma regularidade são, obviamente, casos normais de outras regularidades. Assim, neste caso, o que temos é não mais que a dúvida sobre qual é a lei (se ela existe) que, de fato, rege tal fenômeno. Temos aí,

sim, um conflito de aparências, e por isso cabe investigar a esse respeito. Todavia, que direção toma a investigação sobre um conflito de regularidades? Em geral, ou supomos que ha uma regularidade maior, ou mais geral, que as cobre, digamos, e da qual as duas primeiras seriam casos mais especificos, ou então supomos que uma delas simplesmente e fruto de erros repetidos, provocados por alguma interferência em nossas observações

Tomemos o caso que e dado como exemplo pelo proprio Hume. Como Adão poderia saber que a agua, que lhe mata a sede, tambem poderia sufoca-lo e ate tirar-lhe a vida? Suponhamos que Adão tenha diante de si, então, duas regularidades, uma que lhe diz que a agua e boa para a saude, porque restaura o organismo, e outra que lhe diz que ela e ruim para a saude, porque provoca sufocamento.¹³ E o primevo Adão se perguntaria então a agua e boa ou ruim para a saude do corpo? Qual destas duas regularidades e correta? Nos responderiamos a ele que as duas, pois elas são apenas parte de regularidades maiores, que dizem respeito ao comportamento dessa substancia mineral e de nosso proprio organismo. Entretanto, por mais relevante que seja esse tipo de investigação que promove a unidade de nosso saber sobre o mundo, devemos reconhecer que apenas indiretamente ela diz respeito ao mundo, pois, diretamente, ela diz respeito apenas a partes de nosso saber sobre ele. E e uma das partes de tal saber — a ideia de unidade da natureza — que nos guia quando promovemos uma investigação desse tipo, porque um conflito com regularidades e, em si, tambem um conflito com tal ideia de unidade da natureza. E devemos reconhecer que e de grande relevancia heuristica a propria busca de unidade do saber, na medida em que ela acelera a produção de conhecimento sobre o mundo. Contudo, devemos distinguir esse tipo de investigação, que possui um claro vies epistemologico, daquele tipo ordinario em

que simplesmente procuramos superar um conflito de aparências no mundo, e não em nosso conhecimento dele ¹⁴ Se o problema de Hume fosse exclusivamente a respeito desse tipo de investigação, sem dúvida, ele seria um problema epistemológico, pois a unidade do saber é um problema epistemológico. Todavia, na medida em que Hume pretende que o problema levantado por ele diga respeito a nossa visão comum da natureza, então não se trata mais de um problema epistemológico, como argumentaremos abaixo.

Na medida em que empreendermos uma investigação do tipo acima mencionado, para promover o acordo entre determinadas regularidades, elaboramos hipóteses para isso. Tais hipóteses devem, em primeiro lugar, estar de acordo com o restante do saber, já que sua própria elaboração se dá em uma investigação guiada pelo princípio de unidade da natureza (e do saber). Em segundo lugar, devem ser hipóteses plausíveis, razoáveis, etc., isto é, elas devem expressar aquilo que, mediante tudo o que sabemos ou cremos, nos aparece como o que deveria ser o caso. Ora, elas são, assim, também aparências. De forma que uma tal investigação, assim como qualquer outra, consiste na busca de novas aparências. Se tal investigação for bem sucedida até o ponto de nos trazer uma hipótese plausível, essa será, por sua vez, uma hipótese não-conflitante, dizendo respeito a uma regularidade sem exceção. Assim, o problema todo volta a ser a respeito daquelas regularidades que não parecem ter exceção, ou que não as apresentam até aqui em nossa experiência ¹⁵

O que não constitui um problema epistemológico — ou um problema para o qual a epistemologia deveria oferecer uma solução —, entretanto, é a própria questão das regularidades sem exceção. Pôr em dúvida todas as regularidades que temos e inviabilizar toda e qualquer investigação. Para o cético aletico, enquanto aparências, as regularidades

naturais possuem também o caráter hipotético de todo o restante do saber, que é, para ele, o pano de fundo mediante o qual qualquer investigação e qualquer produção de conhecimento são possíveis. De fato, não podemos justificar as regularidades que fazem parte de nosso pano de fundo conceitual mediante o qual vemos o mundo, assim como não podemos justificar nenhum outro dos elementos que o compõem. Justificar tais regularidades seria pedir demais, assim como o é, tal como fazem as epistemologias fundacionalistas, querer que encontremos princípios inabaláveis. Querendo que a epistemologia solucione o problema da indução, Hume pede demais dessa disciplina.

Não se trata de fazermos aqui uma demarcação, e defendermos determinada tarefa, ou determinados problemas, para a epistemologia enquanto disciplina. Ao contrário, trata-se de constatarmos que o chamado problema da indução pode ser apenas um problema de pragmática da investigação. Assim como o próprio ceticismo em geral, que cai fora do âmbito de qualquer epistemologia possível (Dutra 1996c), o problema da indução também cai fora de qualquer tratamento epistemológico possível. Contudo, se devemos concordar com Hume que qualquer inferência indutiva é injustificável, isso só significa que reconhecemos como aparência que o problema da indução não é solucionável por meios epistemológicos. Todavia, ele ainda pode ser tratado por meio da análise da pragmática da investigação, e, assim, pode ser visto sob nova luz.

Retomemos, então, as ideias — de fato, aparências que a análise da pragmática da investigação revela — de que uma hipótese é uma antecipação de aparências e de que uma investigação é uma busca de novas aparências. Do ponto de vista do ceticismo aletico, que procura resgatar a atitude própria do dogmatismo, de buscar a verdade, e o caráter construtivo de suas investigações, podemos dizer

também que a investigação consiste, as vezes, na produção de aparências¹⁶ Produzir aparências e, em princípio, um meio de procurar a verdade, uma vez que, desta forma, ampliariamos o mundo da aparência. O que nos interessa mais no momento, contudo, e saber de que modo uma hipótese atua na investigação, de maneira a produzir aparências ou guiar nossa busca de novas aparências. Se tomarmos o caso específico da investigação da natureza, para voltarmos ao problema de Hume, devemos constatar, antes de mais nada, que não podemos colocar em dúvida nossas hipóteses, por mais que elas sejam apenas prováveis, e não provadas, pois, caso contrário, não teríamos instrumentos para investigar a natureza. A análise da pragmática da investigação revela que as hipóteses são indispensáveis para a investigação da natureza, assim como é indispensável o uso de uma determinada linguagem ou língua, o uso de conceitos, etc., enfim, tudo aquilo que faz parte do pano de fundo mediante o qual uma investigação pode ser empreendida.

Mais que isso, e apenas ao tomarmos determinadas hipóteses sobre o comportamento da natureza que se pode colocar para nós um problema a respeito de tal comportamento. Um fato natural que nos chama a atenção e pede uma explicação, gerando uma investigação, e um conflito de aparências, e, por exemplo, um conflito de observações. Contudo, tal conflito só pode ser visto enquanto tal mediante o pano de fundo conceitual que possuímos, e do qual fazem parte determinadas hipóteses sobre o comportamento da natureza. Um fato que pede explicação e, em geral, algo inesperado e, logo, um fato que conflita com regularidades aceitas. Entretanto, seria difícil, e talvez até mesmo impossível, individualizar uma hipótese com a qual particularmente conflita uma determinada observação, o que nos levaria a mesma constatação da chamada tese Duhem-Quine (Quine 1969), mas, de qualquer modo, deve

haver, em geral, um conflito entre uma observação e uma parte do pano de fundo que possuímos, e nesta parte dele tomam lugar hipóteses sobre o comportamento da natureza. Em suma, estas tem de ser a pressuposição da investigação, e não seu objeto. A investigação propriamente, esta diz respeito ao fato particular, aquele conflito de aparências ou, especificamente, aquela observação conflitante que nos chamou a atenção¹⁷

O que estamos dizendo e, enfim, que talvez Hume tenha colocado o problema da indução de forma invertida. Ou seja, não se trata da questão de irmos do particular ao geral, mas de irmos do geral ao particular. Na investigação da natureza, não são as regularidades que estão em questão, mas, ao contrário, estas tem de ser pressupostas para que possamos fazer a investigação. Em outros termos ainda investigar a natureza não poderia ser produzir generalizações a partir de casos particulares, mas, inversamente, procurar novos fatos a partir das generalizações admitidas. E nunca se trata de justificá-las, mas apenas de utilizá-las na investigação. Isso não quer dizer, contudo, que possamos admitir qualquer generalização, ou qualquer regularidade. A rigor, não é isso o que fazemos. A construção do pano de fundo conceitual mediante o qual investigamos e, em particular, a aceitação de regularidades como partes dele — o que podemos denominar a construção do mundo da aparência — é um trabalho paulatino e coletivo sobre o qual temos pouco controle como indivíduos que para isso colaboram. É similar à produção de uma nova língua a partir de uma língua anterior que lhe dá origem. É óbvio que os indivíduos atuam em tal processo, mas é óbvio também que não se trata de uma empresa para *um* indivíduo, nem sobre a qual os indivíduos possam ter o grau de controle que desejariam, ou que sonharia um epistemólogo fundacionalista. Desejar justificar as regularidades por meio das quais pensamos o

mundo e tão absurdo quanto pedir que se justifique uma língua. Ora, do ponto de vista pragmático, uma língua e apenas uma forma entre outras que utilizamos para nos comunicar. Do mesmo modo, as regularidades que nos dão um retrato do mundo são um meio para investigarmos.

A este respeito, entretanto, vale fazer um esclarecimento, para não parecer que estamos defendendo uma forma de pragmatismo. Se, do ponto de vista pragmático, não cabe justificar uma língua, pois isso trairia a suposição de que há línguas que estão mais, ou menos, de acordo com o mundo, por outro lado, do ponto de vista semântico, continua sendo legítimo colocar o problema da relação entre os termos de uma língua e os objetos do mundo aos quais eles supostamente se referem. Não estamos, assim, propondo que os problemas semânticos sejam reduzidos a problemas pragmáticos de linguagem. No caso das regularidades ou hipóteses universais, isso significaria, por sua vez, dizer que elas estão justificadas em virtude de seu valor heurístico, de sua utilidade para a investigação. Não é isso o que temos em mente, e sim que é a própria questão da justificação das regularidades que é equivocadamente formulada (por Hume e outros) ao ser atribuída a epistemologia, isto é, ao domínio da relação entre seu conteúdo e o mundo. Não se trata de reduzir o problema a uma questão pragmática, mas, ao contrário, de chamar a atenção para o fato de que talvez seja um problema fora das possibilidades de resposta da parte da epistemologia como disciplina.

Entretanto, trata-se de um ponto que pode ser esclarecido por uma análise da pragmática da investigação. Apenas devemos talvez abrir mão de produzir teorias da confirmação ou lógicas indutivas, porque estes talvez sejam programas desencadeados por um erro de avaliação em face das regularidades naturais, isto é, o fato de acharmos que elas demandam justificação, ou seja, que existe um proble-

ma epistemológico da indução, ou ainda, uma questão para a qual alguma teoria epistemológica possa dar uma resposta. Claro que há tentativas — dogmáticas, obviamente — sobre as quais também suspendemos o juízo. Entretanto, não é isso o que importa, e sim que o ceticismo aletico permite tratar do problema das regularidades sem cair nos inconvenientes das teorias epistemológicas, encarando-o como uma questão de pragmática da investigação. Nem todos os problemas epistemológicos podem receber tal tratamento, mas nos aparece que o problema da indução é um caso possível. A vantagem é que se trata de um problema que tem resistido às mais diversas tentativas de solução entre os epistemólogos. Não se trata, obviamente, de queremos determinar de antemão quais são os problemas que o epistemólogo pode resolver e aqueles que ele não pode. Contudo, seria razoável que alguém que se aventure a investigar em tal domínio escolhesse problemas cuja investigação pareça mais promissora. E se isso não é, de início, possível de se discernir, que não mantenha um problema cuja história nos faz suspeitar de sua própria possibilidade de solução pela epistemologia.

O que, de fato, o epistemólogo se pergunta ao tratar do problema da indução é de que forma podemos dar lugar a uma hipótese universal em nosso pano de fundo conceitual mediante o qual investigamos e vemos o mundo, ou seja, o que justifica que a aceitemos. Talvez fosse mais apropriado dizer não que aceitamos uma hipótese universal, ou uma lei, ou ainda uma teoria qualquer, mas, contrariamente, constatar que ela se consolida em nosso pano de fundo conceitual na medida em que coletivamente construímos o mundo da aparência. As iniciativas fundacionistas, por exemplo, neste caso, seriam tentativas de reconstruir tal mundo da aparência, aquilo que os epistemólogos modernos denominaram a representação do mundo, tal

como temos em Descartes E em Hume, no mesmo ambiente fundacionalista — embora, como dissemos antes, de modo heterodoxo —, temos a demanda de justificação ou legitimidade para que as regularidades ocupem lugar no mundo da aparência Assim, o problema da indução e não mais que a constatação de que nada justifica sua presença aí Para o cético, enquanto uma hipótese não conflitar com o restante do mundo da aparência, não há por que lhe pedir credenciais, não cabe dela duvidar

Curiosamente, e numa das célebres tentativas positivas de conferir uma solução epistemológica ao problema da indução que encontramos uma noção que, de certa forma, talvez tenha captado esse aspecto da pragmática da investigação no que diz respeito ao uso de hipóteses universais Estamos falando da abordagem oferecida por Nelson Goodman (1983) A noção apresentada por Goodman, e que nos interessaria aqui, seria a de fortificação ou entrenchamento (*entrenchment*) Talvez 'consolidação' seja um termo mais apropriado em português Assim, devemos nos perguntar sobre a consolidação das hipóteses em nosso plano de fundo conceitual, ou seu entrenchamento no mundo da aparência, seu estabelecimento seguro aí¹⁸ O que há de interessante na abordagem de Goodman e que, para ele, o problema da indução deve ser colocado apenas em relação as hipóteses projetáveis, isto é, cabe perguntarmos pelos meios de confirmar não quaisquer hipóteses universais, mas hipóteses que contêm predicados consolidados (*entrenched*) E mais, devem ser hipóteses cujos predicados e os predicados coextensivos com eles tenham sido, de fato, projetados A consolidação dos predicados deriva de nosso uso da linguagem (1983, p. 95) Assim, uma determinada predição é dita válida se estiver de acordo com regularidades passadas no que observamos, um acordo que é função de nossas práticas linguísticas, ou seja, de como

dizemos o mundo e de como antecipamos as aparências (Goodman 1983, pp 120s)

A diferença básica entre a teoria de Goodman e a narração da pragmática da investigação que o ceticismo aletico oferece e que aquilo que ele coloca como reelaboração do problema da indução, oferecendo uma solução para ele, o cético aletico apresenta apenas como uma constatação da prática de construir o mundo da aparência. No entender de Goodman, são válidas nossas previsões com base em hipóteses consolidadas. Para o ceticismo aletico, não se trata de falar de validade de nossas previsões com base em hipóteses, nem de sua confirmação, mas apenas de constatar que as hipóteses se consolidam no mundo da aparência na medida em que ele é construído e que, portanto, não cabe colocar a questão sobre a legitimidade de sua presença aí. Goodman pretende explicar o fenômeno da consolidação com base em nossa prática linguística. Para o cético aletico, não se trata disso, mas apenas de constatar que, por diversos meios a nosso alcance para construirmos o mundo da aparência (o que inclui nossas práticas linguísticas — mas, com certeza, não apenas elas), as regularidades ganham lugar nesse mundo e aí se consolidam.

Temos até aqui apenas uma discussão do papel que as hipóteses desempenham na investigação, uma vez consolidadas em nosso mundo da aparência, ou nesse pano de fundo mediante o qual investigamos. Trata-se apenas daquelas hipóteses que representam regularidades sem exceção, que são necessárias para colocar uma questão e investigar a seu respeito, e que não conflitam com outras partes do mundo da aparência. Entretanto, este último não é estático. Ao contrário, ele tem caráter dinâmico e muitas de nossas investigações resultam em transformações tópicas operadas sobre ele. Ora, e exatamente esse tipo de interferência que, por exemplo, os grandes programas científicos

de pesquisa procuram causar em nossa imagem da natureza. Algumas vezes, esses programas são bem sucedidos a ponto de nos fazer ver o mundo de outro modo. Lembremos apenas alguns dos exemplos mais famosos da história da ciência, como a forma como vemos o universo depois que as ideias de Copernico se popularizaram, ou o modo como compreendemos o mundo da vida depois de Darwin, Claude Bernard e Pasteur, entre outros. A consolidação de tais sistemas científicos — assim como de determinadas ideias metafísicas ou mesmo epistemológicas — no mundo da aparência e, em geral, um processo complicado e mesmo dramático. Talvez ele ocorra, de fato, em grande medida, tal como Thomas Kuhn descreveu as ocorrências de revoluções científicas.

Assim como a noção de consolidação que encontramos em Goodman nos aparece como o resultado filosoficamente elaborado de apreender um dos aspectos relevantes da pragmática da investigação, também a noção de paradigma de Kuhn nos parece ser um desses casos.¹⁹ De certo modo, podemos dizer que um paradigma e, no âmbito da ciência, uma espécie de mundo da aparência. E já que, para os cientistas de determinada especialidade, o paradigma se insere no restante do que lhes aparece, podemos dizer que um paradigma e uma região mais especializada do mundo da aparência. Assim como esta, podemos dizer que o mundo da aparência contem outras regiões similares no papel que desempenham em determinada atividade como, por exemplo, os mitos, quaisquer que sejam, no âmbito da religião, ou ainda as leis e os costumes no mundo do Direito.

A importância de trazermos para essa discussão a noção kuhniana de paradigma reside no fato de poder ela nos esclarecer um pouco sobre o papel que as hipóteses podem desempenhar na investigação. Toda a dificuldade que ha para determinados cientistas em aderir a um novo pa-

radigma, argumenta Kuhn, decorre do fato de que, para tanto, e preciso por em questão — ou dividir de — determinadas concepções e princípios que orientavam sua pesquisa no interior de um paradigma. Podemos dizer, então, que Kuhn captou exatamente esse aspecto da investigação, isto é, que existem limites para ela que são dados por determinadas hipóteses assumidas previamente. Romper tais limites e fazer uma revolução científica, e requer por em questão aquilo que, no paradigma anteriormente aceito, não poderia ser posto em questão, uma vez que consistia exatamente nos pressupostos necessários para as próprias investigações a serem feitas.

O outro lado interessante das reflexões de Kuhn, do ponto de vista da análise da pragmática da investigação, e que as revoluções científicas, de fato, ocorrem — ou isso nos aparece em muitos casos na história da ciência — e, logo, as hipóteses aceitas que constituem uma determinada região do mundo da aparência não nos aprisionam para sempre, embora elas limitem nosso âmbito de investigação ao mesmo tempo em que o viabilizam.²⁰ É isso nos remete de volta ao outro aspecto relativo às hipóteses na atividade de investigar. Uma hipótese pode não conflitar durante um tempo com o restante do mundo da aparência, mas, a partir de um determinado momento, com a mudança desse mundo, ela passa a conflitar. Em alguns casos, tal conflito se torna suficientemente grave a ponto de nos levar a uma investigação para restabelecer a homogeneidade do mundo da aparência, ou de uma região dele. É o que ocorre exatamente nas revoluções científicas, de acordo com a visão de Kuhn. É o que nos leva, então, a colocar em questão uma determinada hipótese a cujo respeito, antes, não cabia duvidar.

É neste caso apenas que faria sentido duvidar de uma hipótese, embora seja um caso tão especial a ponto de

ter atraído a atenção dos epistemólogos por séculos. Em uma tal situação especial de investigação, podemos dizer que seria relevante tentar os caminhos propostos pelas teorias da confirmação, ou por uma abordagem do tipo daquele oferecido por Goodman. Todavia, do ponto de vista do ceticismo aletico e da análise da pragmática da investigação, importa perceber que o problema de Hume, ou problema da indução, só seria relevante neste âmbito restrito, e que ele não pode dizer respeito a quaisquer hipóteses, em qualquer circunstância que seja. Assim, não podemos dizer que é próprio do ceticismo duvidar das hipóteses, como a abordagem de Hume e outros nos levam a crer. Apenas na situação em que uma hipótese conflita com o restante do mundo da aparência e que, para o cético, cabe duvidar dela. Obviamente, tal dúvida decorre também do fato de que a solução do conflito entre uma hipótese e o restante do mundo da aparência é encaminhada através da proposição de novas hipóteses. É neste caso apenas que o ceticismo aletico poderia auxiliar, enquanto uma habilidade para lidar com hipóteses e gerir programas de pesquisa não-dogmáticos.

Vale ainda chamarmos a atenção para o fato de que o que acabamos de narrar não diz respeito apenas à investigação científica, mas à investigação em geral. No caso de termos em questão uma hipótese no âmbito de uma determinada disciplina científica especializada, seu exame consistiria muitas vezes em seu teste empírico, quando isso for possível. Contudo, essa não é a única prova pela qual uma hipótese deva passar nas ciências. E se se trata de uma hipótese no âmbito das investigações realizadas naquelas disciplinas tradicionalmente atribuídas à filosofia, segundo a visão em geral aceita, não haverá espaço para testes empíricos, mas o exame da hipótese deve ser efetuado mediante outros expedientes críticos. Também nas ciências

não existe a homogeneidade de meios de prova como normalmente pensamos. Assim, para o cético, seja na ciência, seja na filosofia, seja ainda na vida comum, o que importa é o fato de termos uma hipótese sob exame crítico. A₁ vale, obviamente, tudo aquilo que sabemos do comportamento do cético em tal circunstância.

É preciso, contudo, reenfatizar a localidade desse fenômeno. Por hipóteses universais consolidadas em questão é algo que ocorre apenas em determinadas circunstâncias especiais de investigação, e não pode ser aquilo com que ordinariamente se faz a investigação, quer em ciência, quer em filosofia, quer no dia a dia do homem comum.²¹

Referências

- Bernard, C. 1984 *Introduction a l Etude de la Medecine Experimentale* Paris Gallimard
- Carnap, R. 1962 *Logical Foundations of Probability* Chicago The University of Chicago Press
- 1963 “Replies and Systematic Expositions” In Schilpp, P. (org.), *The Philosophy of Rudolf Carnap* La Salle, Ill. Open Court
- Dutra, L. H. de A. 1993 “Ceticismo e Filosofia Construtiva” *Manuscrito* XVI(1) 37–62
- 1995 “Neopirronismo na Filosofia da Ciência” *Revista Latinoamericana de Filosofia* XXI(2) 269–84
- 1996a “Ceticismo e Realismo Científico” *Manuscrito* XIX(1) 209–53
- 1996b “Naturalismo, Falibilismo e Ceticismo” *Discurso* 28, no prelo
- 1996c “Salvar a Investigação” Em preparação
- Fogelin, R. 1985 *Hume’s Skepticism in the Treatise of Human Nature* Londres Routledge and Kegan Paul
- Goodman, N. 1983 *Fact, Fiction and Forecast* Cambridge, Mass. Harvard University Press

- Hookway, C H 1992 *Scepticism* Londres e Nova York Routledge
- Kuhn, T S 1970 *The Structure of Scientific Revolutions* Chicago The University of Chicago Press
- Lakatos, I 1968 "Changes in the Problem of Inductive Logic" In Lakatos, I (org), *The Problem of Inductive Logic* Amsterdam North-Holland
- Masterman, M 1970 "The Nature of a Paradigm" In Lakatos, I e Musgrave, A (orgs), *Criticism and the Growth of Knowledge* Cambridge Cambridge University Press
- Michalos, A 1971 *The Popper-Carnap Controversy* Haia Martinus Nijhoff
- Popkin, R H 1966 "David Hume his Pyrrhonism and his Critique of Pyrrhonism" In Chappell, V C (org), *Hume* Londres Macmillan, pp 53-98
- Popper, K, 1969 "The Demarcation between Science and Metaphysics" *Conjectures and Refutations* Londres Routledge and Kegan Paul
- Porchat Pereira, O de A 1993 *Vida Comum e Ceticismo* São Paulo Brasiliense
- Quine, W v O 1969 "Epistemology Naturalized" *Ontological Relativity and Other Essays* Nova York Columbia University Press
- Sexto Empirico 1976 *Outlines of Pyrrhonism* Cambridge, Mass, e Londres Harvard University Press e William Heinemann

Palavras-chave

Ceticismo alético, indução, pragmática da investigação

Luiz Henrique de A Dutra
 Caixa Postal 5176
 88040-970 Florianópolis, SC
 BRAZIL
 lhdutra@mbx1.ufsc.br

Notas

¹ Alguns dos temas até aqui mencionados foram discutidos mais detalhadamente em Dutra 1996a, 1996b e 1996c

² Esse debate é, sem dúvida, amplamente conhecido. Entretanto, os textos mais diretamente a ele ligados e que podem dar uma visão concisa do problema são os seguintes: Popper 1969, com suas críticas a Carnap, Carnap 1963, com suas respostas a Popper, e Michalos 1971, com um excelente exame dessa discussão.

³ O próprio Carnap reconhece a ineficiência de sua lógica indutiva em relação ao grau de confirmação de hipóteses universais, cf Carnap 1962, cf ainda Lakatos 1968

⁴ É relevante dizer aqui, aliás, que o problema da indução é examinado também por Sexto Empírico, cf HP II 204. Além disso, Sexto discute também o problema das causas, cf HP III 17-29

⁵ *An Enquiry concerning Human Understanding*, em diversas edições e traduções. Como se sabe, Hume afirma que o Hábito é algo que conhecemos indiretamente por seus efeitos (as crenças causais). Trata-se, neste caso, de uma hipótese sobre uma entidade (princípio da natureza humana, diz Hume) inobservável, como aquelas que encontramos nas ciências da natureza em geral. Entre os modernos, o termo 'hipótese' parece possuir este significado. É talvez a isso que Newton se refira ao dizer que não faz hipóteses sobre a natureza da gravitação. Contudo, não é a este tipo de hipótese que o presente texto se dirige, mas, como ficará claro adiante, apenas as generalizações empíricas.

⁶ Sobre a relação das investigações de Hume com o ceticismo há, como sabemos, grande literatura, da qual destacamos Hookway 1992, cap. 5, Popkin 1966 e Fogelin 1985.

⁷ Cf Dutra 1996c. O que Descartes apresenta sob o nome de 'dúvida cética' está muito longe de ser o tipo de dúvida que os céticos antigos (os pirrônicos, obviamente) traziam em suas investigações. Uma abordagem similar a de Descartes, como veremos abaixo, encontra-se no próprio Hume.

⁸ Isto está no próprio título da seção IV da *Investigação*, assim como no título da seção V, em que Hume diz que sua solução para o problema por ele levantado é de caráter cético. Trata-se,

evidentemente, de um ponto de disputa na interpretação do pensamento desse autor e, infelizmente, não ha espaço aqui para que ele seja discutido longamente. Contudo, cf Dutra 1996b, para uma discussão da relação entre o ceticismo e o naturalismo (neste caso, o de Quine)

⁹ Referimo-nos a regularidades que não possuem exceções em nossas observações passadas. O restante deste texto deixara claro por que nos aparece que este seria o unico modo razoavel de tomar as regularidades naturais em consideração, embora, obviamente, não sabemos se surgirão exceções no futuro, como sustenta Hume

¹⁰ Cf "Primeira Meditação" in *Meditações*, em diversas edições e traduções. A máxima, como sabemos, e recorrente nos textos de Descartes

¹¹ Cf Dutra 1993, p. 51. o problema da indução esta ligado a propria *historia* das investigações de um cético qualquer

¹² É necessario salientar aqui, de acordo com a sugestão que nos foi feita por Oswaldo Porchat, que estamos tratando, em primeiro lugar, do problema da justificação de hipóteses que dizem respeito apenas a aspectos observáveis da natureza. Não menos frequentemente, contudo, nas ciencias, temos hipóteses que dizem respeito a entidades inobserváveis, o que introduz uma dificuldade adicional nessa discussão. Por essa razão, reservamos para futuros textos o tratamento desse ponto. Vale lembrar também que o termo 'aparência' não se refere apenas a observações, cf Dutra 1995, 1996a, 1996b, e também 1996c, cf ainda Porchat 1993, pp. 202ss. As aparências não são apenas aquilo que nos e dado aos sentidos, mas também ao *entendimento*, digamos. Assim, podemos falar de fenomenos sensíveis e fenomenos inteligíveis. Contudo, desconsideraremos aqui esse aspecto do problema e falaremos de aparências, em primeiro lugar, e preponderantemente, como aquilo que nos e dado aos sentidos ou que nos e dado na experiência, para utilizarmos os termos da epistemologia moderna em geral e também de Hume

¹³ Do ponto de vista de nossa atual imagem da natureza, e obvio que atribuir a água uma natureza boa ou ruim seria ingenuo de um ponto de vista tanto metafísico, quanto epistemológico. Contudo, devemos imaginar um contexto no qual tal visão seria relevante, isto e, em que a propriedade de se colocar tal problema

decorra do pano de fundo conceitual daquele que investiga, ainda que não se trate do nosso atual mundo da aparência

¹⁴ Isto é, no atual mundo da aparência e não em nossas hipóteses cuja finalidade seria a de alargar as fronteiras desse mundo. Trata-se de uma distinção cuja relevância o restante desse texto tornara clara

¹⁵ Voltaremos abaixo a considerar esse caso em que se impõe uma investigação para restaurar a coerência no interior do mundo da aparência

¹⁶ A utilização da expressão 'produção de aparências' nos foi sugerida por Celso R. Braida, e esta em perfeito acordo com a ideia de que investigar e buscar novas aparências. Tal busca pode consistir, por exemplo, exatamente em produzi-las. Este seria o caso em uma investigação científica, na qual projetamos experimentos para poder ter acesso a aspectos ainda não observados da natureza. Vale lembrar ainda que essa concepção da experimentação científica é aquela que Claude Bernard defende (*cf.* Bernard 1984). Segundo ele, fazer experimentos e obrigar a natureza a revelar certos aspectos seus que a observação ordinária não nos dá. No caso da pragmática da investigação em geral, e não da investigação científica especificamente, devemos dizer, então, que nos aparece que a investigação é também um meio de produzir novas aparências, ou tornar aparentes coisas que ainda não o são para nós. Um exemplo interessante vem das histórias policiais, em que o detetive cria situações que levam o culpado a se mostrar enquanto tal. Um outro caso seria ainda o de demonstrar um teorema na matemática ou na lógica

¹⁷ Algumas suposições insolitas talvez nos ajudem a compreender esse ponto. Por exemplo, numa sociedade em que fosse considerado normal eliminar pessoas, não haveria por que investigar assassinatos. Em nossa sociedade ocorre, por sua vez, ser normal eliminar outras formas de vida, como abater bois, por exemplo. Não seria bizarro um detetive investigando, em circunstâncias normais, as mortes de bois em um abatedouro industrial?

¹⁸ A rigor, Goodman fala normalmente do entrincheiramento dos predicados, uma das condições para que uma hipótese seja projetável. Entretanto, por extensão, ele aplica também o termo a hipóteses, *cf.* por exemplo, Goodman 1983, pp. 113 e 118

¹⁹ Cf Kuhn 1970 Como sabemos, no "Postscript" desta obra, Kuhn reelabora sua noção de paradigma, a partir de críticas que havia recebido, em especial as de Margaret Masterman (1970) Em sua reelaboração, Kuhn chama a atenção para dois significados principais do termo 'paradigma', a saber, exemplar e matriz disciplinar E sobretudo a noção de matriz disciplinar que desejamos aproximar nossa noção de mundo da aparência

²⁰ Este é um aspecto não menos relevante dessa discussão, tanto a respeito da teoria de Kuhn, quanto a respeito da análise da pragmática da investigação, promovida pelo ceticismo atético Pois em ambos os casos, evitamos o relativismo Nem o ceticismo atético é, portanto, uma forma de relativismo e, logo, de dogmatismo dissimulado, ao falar de um mundo da aparência que guia nossas investigações, nem acreditamos que a acusação de relativismo seja procedente em relação a teoria de Kuhn Não temos aqui, contudo, espaço para uma discussão mais longa desse tema Acreditamos, ao contrário, que ver a obra de Kuhn sob a ótica do ceticismo atético, como uma tentativa de sistematizar certas intuições importantes de aspectos da pragmática da investigação, traz nova luz a interpretação desse autor As grandes teorias epistemológicas talvez resultem exatamente de fenômenos similares, tornando-se dogmatismos na medida em que desejam generalizar — e fazer valer como tese — algum aspecto que se revela na análise da pragmática da investigação Mesmo assim, a teoria de Kuhn nos parece particularmente próxima da análise da pragmática da investigação, em virtude da própria variedade de noções explicativas que adota para falar da atividade científica

²¹ Agradecemos as críticas e sugestões que nos foram feitas, em uma versão inicial, por Oswaldo Porchat Pereira, Celso R. Braida e Sara Albieri